

ARTIGOS DOSSIÊ

Jean Gabriel Castro da Costa¹

Maquiavel, professor do mal? Sobre o duplo ensinamento de Leo Strauss

Machiavelli, teacher of evil?
On Leo Strauss' double teaching

RESUMO:


Este artigo investiga o núcleo da crítica de Leo Strauss a Maquiavel, examinando a hipótese de um duplo ensinamento no livro *Reflexões sobre Maquiavel*. Para tanto, aplica-se ao texto de Strauss a metodologia de leitura esotérica por ele proposta, com ênfase no papel das introduções, dos finais e, sobretudo, do centro da obra. Sustenta-se que a retomada, por Strauss, da visão vulgar de Maquiavel como “professor do mal” possui caráter irônico e visa transmitir “coisas diferentes sobre o mesmo objeto a pessoas diferentes”. A crítica fundamental de Strauss não recai sobre o alegado anticristianismo de Maquiavel, mas sobre sua ruptura deliberada com a tradição clássica da filosofia política — ruptura perceptível em seu estilo e em sua rejeição da prudência clássica. Maquiavel, segundo Strauss, inicia uma “crítica imanente” ao Cristianismo, que preserva e radicaliza certos traços centrais da tradição cristã, como o igualitarismo, a propaganda e a exigência de sinceridade. Essa crítica situa Maquiavel como iniciador da modernidade e como antecessor dos radicalismos que desembocariam nas tiranias modernas.

ABSTRACT:

This article investigates the core of Leo Strauss's critique of Machiavelli, examining the hypothesis of a double teaching in the book *Thoughts on Machiavelli*. To this end, Strauss's own method of esoteric reading is applied to his text, with emphasis on the role of introductions, conclusions, and above all, the center of the work. It is argued that Strauss's resumption of the vulgar view of Machiavelli as a “teacher of evil” has an ironic character and seeks to convey “different things about the same object to different people.” Strauss's fundamental critique does not fall on Machiavelli's alleged anti-Christian stance, but on his deliberate rupture with the classical tradition of political philosophy — a rupture perceptible in his style and in his rejection of classical prudence. According to Strauss, Machiavelli inaugurates an “immanent critique” of Christianity, which preserves and radicalizes certain central traits of the Christian tradition, such as egalitarianism, propaganda, and the demand for sincerity. This critique situates Machiavelli as the initiator of modernity and as a precursor of the radical movements that would culminate in modern tyrannies.

Palavras-chave: Leo Strauss; Maquiavel; Esoterismo; Filosofia política clássica; Modernidade

Keywords: Leo Strauss; Machiavelli; Esotericism; Classical political philosophy; Modernity

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo; Professor da Universidade Federal de Santa Catarina  Florianópolis, SC, Brasil.

jeancastrocosta@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-4629-6615>

INTRODUÇÃO

A interpretação de Leo Strauss sobre Maquiavel teve grande repercussão e deu origem a uma das principais correntes interpretativas no campo de estudos maquiavelianos, especialmente no contexto acadêmico anglófono¹. O livro *Reflexões sobre Maquiavel* é o mais completo trabalho de Strauss sobre Maquiavel e impressiona pela riqueza de detalhes no comentário dos textos do florentino. De acordo com a classificação de Alan Bloom, *Reflexões* faz parte do terceiro período da obra de Strauss. O primeiro período seria o de um Strauss pré-straussiano, representado pelos livros *Spinoza's Critique of Religion* e *The Political Philosophy of Thomas Hobbes*. Para Bloom, são trabalhos que seguem o padrão acadêmico moderno e suas premissas históricas. O segundo período de sua obra, iniciada com *Perseguição e a Arte de Escrever*, seria marcado pela redescoberta da escrita esotérica. Já o terceiro período, de *Reflexões sobre Maquiavel*, seria caracterizado "pelo completo abandono da forma e do conteúdo dos estudos acadêmicos modernos" (BLOOM, 1973, p. 384). Os livros deste período seriam os do "autêntico e grande Strauss e diante deles os anteriores seriam apenas prolegômenos" (*Ibid.*, p. 386).

A respeito de *Reflexões sobre Maquiavel*, Bloom escreveu que seus "segredos são guardados a sete chaves" (*Ibid.*, p. 390) e a "distância entre a

aparência e a realidade desse livro é impressionante" (*Ibid.*, p. 391). Assim, Bloom sugere que devemos ler *Reflexões sobre Maquiavel* como um livro exotérico. Depois de Bloom, muitos comentadores também disseram que Strauss escrevia exotericamente². Se *Reflexões* é um livro exotérico, "contém, portanto, dois ensinamentos: um ensinamento popular de caráter edificante, colocado em primeiro plano, e um ensinamento filosófico referente ao tema mais importante, o qual só é indicado nas entrelinhas" (STRAUSS, ([1952] 2015, p. 45).

Este artigo parte da hipótese de que Strauss retoma a 'opinião simples' de Maquiavel como 'professor do mal' de forma irônica e estratégica. Buscamos examinar os aspectos centrais dessa crítica e sua inserção no duplo ensinamento de *Reflexões sobre Maquiavel* e examinar aspectos centrais de sua crítica ao florentino. Em carta a Voegelin, de 22 de maio de 1953, Strauss escreveu: "Começo *lentissime* a escrever um livrinho sobre Maquiavel. Não consigo deixar de amá-lo - apesar de seus erros" (STRAUSS e VOEGELIN, 2017, p. 124). Quais seriam os principais erros? O que Strauss realmente censurava no "maquiavelismo" de Maquiavel? Estaria ele retomando a interpretação ingênua de Gentillet, que, ao publicar o seu *Anti-Maquiavel* em 1576, inaugurou a má fama de Maquiavel como maquiavélico? O problema para Strauss seria o caráter anti-bíblico do ensinamento de Maquiavel, como alguns afirmam? Ou haveria

um duplo ensinamento de Strauss em *Reflexões sobre Maquiavel*? Este artigo não se propõe a abordar todas as dimensões da complexa interpretação straussiana de Maquiavel, mas desejamos contribuir para a exploração das entrelinhas de *Reflexões sobre Maquiavel* em torno do suposto caráter anti-cristão do ensinamento do florentino, tema central no livro de Leo Strauss.

COMO LER REFLEXÕES SOBRE MAQUIAVEL?

Consideramos haver duas considerações prévias para ler *Reflexões sobre Maquiavel* sem cometer grandes erros interpretativos: 1) Leo Strauss abordou o pensamento de Maquiavel mais como filósofo político interessado na "crise da nossa época" do que como historiador das ideias e 2) Leo Strauss escrevia esotericamente.

Strauss escrevia como filósofo político e não como simples historiador das ideias, especialmente no terceiro período de sua obra. Como deixou claro no início de *City and Man*, o que o move a buscar os clássicos não é antiquarismo nem o romantismo, mas "a crise de nossa época" (STRAUSS, 1964, p. 1). Portanto, Strauss está mais interessado em entender o papel de Maquiavel no processo histórico que leva às ideias que só se desdobraram completamente no século XX. É neste enquadramento diacrônico que devemos

compreender a interpretação straussiana de Maquiavel. É por essa razão que ele coloca sua lupa em aspectos do pensamento maquiaveliano que estariam presentes e intensificados em desenvolvimentos teóricos e políticos posteriores, enquanto minimiza aspectos do pensamento maquiaveliano que estariam mais de acordo com a tradição clássica. A "crise de nossa época" a que se refere Strauss estaria relacionada com a "solução moderna" do "problema perene" que é a relação entre filosofia e sociedade. A solução moderna teria trazido consigo o niilismo como problema político. O ponto de partida de Strauss para refletir sobre a "crise da modernidade" encontrava-se nas reflexões de Nietzsche e Heidegger sobre o niilismo europeu³. Assim, o retorno de Strauss à filosofia clássica como saída para a "crise da modernidade" não pode ser entendido como tentativa de retomar a metafísica tradicional, nem como uma reação anti-moderna de tom fundamentalista e pré-crítico⁴. O movimento realizado por Strauss é hiper-crítico e não pré-crítico. As considerações críticas de Strauss sobre o niilismo e o relativismo não possuíam motivação metafísica ou epistemológica. Era como filósofo *político* que Strauss refletia sobre estas questões. Em suas pesquisas sobre os antigos, Strauss havia concluído que o niilismo como problema político não era um fenômeno exclusivamente moderno, mas algo recorrente, pois estaria ligado a um problema perene. A Atenas democrática

ca de Péricles e dos sofistas já teria vivenciado o niilismo como problema político, e, em sua visão, a "filosofia política platônica" foi uma das tentativas de encontrar uma "solução" para este problema⁵.

Podemos sustentar com segurança que Strauss escrevia esotericamente, especialmente no terceiro período de sua obra. Dizemos isso não apenas porque inúmeros comentadores já o disseram, mas porque a sua recuperação da Filosofia Clássica não significa tanto a recuperação de seus conteúdos substantivos (como a metafísica platônica, contida na doutrina das ideias), mas sim a recuperação de uma determinada relação entre filosofia e sociedade que passa pela escrita esotérica. Para Strauss, a filosofia é fundamentalmente zetética, não dogmática. O filósofo é alguém como Sócrates, que sabe que não sabe (STRAUSS, 2017, p. 117, 254 e 257), enquanto os demais cidadãos *acreditam* saber. O filósofo sabe que faz parte de uma caverna e se põem em uma busca interminável pela verdade. Segundo Strauss, Platão era um filósofo zetético (cético) nesse sentido, e não acreditava na sua própria doutrina das ideias, que teria caráter meramente exotérico (com x), ou seja, seria destinada para a multidão dos não filósofos⁶.

É curioso que Strauss, apesar aparente crítica ao "maquiavelismo" de Maquiavel, diga que Trasímaco deve ser convidado para a *República*, afinal este era um personagem sofista e "maquiavélico" no diálogo platônico. Em texto an-

terior, Strauss chegou a dizer que "o caminho platônico é uma combinação do caminho de Sócrates com o caminho de Trasímaco" (STRAUSS, ([1952] 2015), p. 26). Trasímaco era um bom retórico e seria necessário para persuadir a multidão. Ou seja, para Strauss, que procura reabilitar "o caminho de Platão", a *República* precisaria reunir o "edificante" Sócrates com o "realista" e retoricamente talentoso Trasímaco. Para Strauss, no diálogo entre Trasímaco e Sócrates em *A República*, Platão teria oferecido um duplo ensinamento, pois no mesmo texto haveria um ensinamento para os cidadãos comuns e outro para os filósofos e jovens potenciais filósofos. A "solução clássica" do problema perene passava, portanto, pela escrita esotérica. Este problema perene pode ser resumido como se segue: a filosofia (ou ciência⁷) sempre pode entrar em choque com a moralidade dominante de uma sociedade (seja ela qual for), pois seu compromisso primeiro é a busca da verdade, e não a preservação dos valores de uma comunidade ou a submissão às autoridades. Em caso de conflito entre a busca da verdade e os valores e crenças que se revelam sem fundamento, o coração do "verdadeiro filósofo" ficará com a busca da verdade. O verdadeiro filósofo está disposto a sacrificar a sua própria fé e seus valores mais estimados no altar da busca da verdade quando for levado a isso pelos melhores argumentos e evidências. Strauss concordava com Nietzsche quando este disse que

a maior virtude do "filósofo" seria a probidade intelectual (MINER, 2012)⁸. Para Nietzsche, o niilismo é também uma consequência da própria moral cristã, que ao elevar o valor moral da veracidade, acaba por se autodestruir, quando a veracidade se volta contra a própria religião e moralidade:

O ateísmo incondicional e reto (– e somente seu ar é o que respiramos, nós, os homens mais espirituais dessa época!) não está, portanto, em oposição a esse ideal, como parece à primeira vista; é, isto sim, uma das últimas fases do seu desenvolvimento, uma das suas formas finais e consequências internas – é a apavorante catástrofe de uma educação para a verdade que dura dois milênios, que por fim se proíbe a mentira de crer em Deus" (NIETZSCHE, 1998, p. 147 / GM, III, §27)⁹

Essa tensão entre probidade intelectual e tradição revela-se com clareza no diagnóstico que Strauss faz, a partir de Nietzsche, sobre a genealogia espiritual da modernidade. Segundo ele, a crítica moderna à religião e à moral cristã não se dá a partir de um exterior totalmente laico ou pagão, mas é conduzida por um impulso interno à própria tradição bíblica: a exigência de veracidade absoluta. Strauss resume esse paradoxo com as seguintes palavras, no prefácio de 1962 ao seu livro sobre Spinoza:

The most profound change which the human

soul has hitherto undergone, the most important enlargement and deepening which it has hitherto experienced is due, according to Nietzsche, to the Bible (...) Not only was Biblical morality as veracity or intellectual probity at work in the destruction of Biblical theology and Biblical morality; not only is it at work in the questioning of that very probity, of 'our virtue, which alone has remained to us'" (STRAUSS, 1962, p. 12)

Nesse trecho, vê-se como Strauss — seguindo Nietzsche — reconhece que a modernidade ateia e crítica é, em certo sentido, uma consequência extrema da moral bíblica, e não sua negação pura e simples. A exigência de verdade, levada até o fim, corrói os próprios fundamentos da fé que a engendrou. Em contraste, os filósofos clássicos, estavam distantes dessa associação entre busca da verdade e exigência moral de sinceridade pública e podiam adotar diferentes posturas diante de uma falsidade descoberta em suas investigações. Para Strauss, um filósofo político "platônico" saberia ser prudente e calar diante de uma falsidade ou "nobre mentira" que fosse útil para a sociedade. Lembremos, por exemplo, das seguintes passagens do personagem Sócrates em *A República*, de Platão:

- Em primeiro lugar, então, devemos manter a vigilância sobre os que criam os mitos e, se criarem um belo mito, deveremos incluí-lo em nossa seleção e, se não, excluí-lo. Os mitos que

forem escolhidos nós persuadiremos as amas e as mães que os narrem às crianças e com eles moldem as almas delas muito mais que com suas mãos lhes moldam os corpos (PLATÃO, 2006, p. 75, 377c-e).

(...)

Aos que governam a cidade, mais que a outros, convém mentir ou para beneficiar a cidade ou por causa de inimigos ou de cidadãos, mas tal recurso não deve estar ao alcance dos demais (PLATÃO, 2006, p. 92, 389b-c).¹⁰

A partir da morte de Sócrates, Platão teria deixado de acreditar no poder da persuasão racional da multidão (COSTA, 2024). Assim, segundo Strauss, o "caminho de Platão" seria distinto do "caminho de Sócrates" e não poderíamos identificar sempre o pensamento de Platão com o de Sócrates. Para começar, Platão não escreve em seu próprio nome nos diálogos. Segundo Strauss, a compreensão adequada dos diálogos platônicos deve levar em conta a totalidade dos diálogos e seu caráter dramático. Sendo assim, devem ser levados em conta os argumentos de todos os personagens dos diálogos, incluindo Sócrates, mas também Trasímaco, Cálicles, etc. O filósofo platônico saberia "dominar o seu coração"¹¹, e não ex-

pressar abertamente para todos as suas investigações filosóficas "perigosas"¹². Os filósofos iluministas modernos, em contraste, parecem retomar e radicalizar o caminho "intransigente" de Sócrates, pois quando se deparam com uma falsidade, querem *esclarecer a todos* acerca da falsidade. Com isso, os filósofos iluministas modernos abrem caminho para a destruição de todos os mitos, crenças e valores, pois qualquer religião, moralidade, instituição ou autoridade, cujos fundamentos não forem demonstrados racionalmente está sujeita a ser *publicamente* relativizada, desconstruída ou denunciada pelo filósofo iluminista moderno. E quais desses fundamentos que formam os pilares da vida social sobreviveriam a um escrutínio racional rigoroso? A ciência pode criar e sustentar valores? A atitude iluminista moderna seria, para Strauss, potencialmente corruptora da vida social. Em contraste com os clássicos, os iluministas modernos parecem pressupor que a verdade é sempre libertadora, inofensiva e que nunca pode ser perigosa. Strauss diverge desse ponto de vista e compartilhava com Nietzsche a consideração de que existiriam "verdades" que seriam "mortais" para a maioria dos humanos¹³. Strauss se refere a esta passagem da *Segunda Consideração Intempestiva*, de Nietzsche, sobre a "utilidade e desvantagem da história para a vida":

Se, ao contrário, as doutrinas do vir a ser soberano, da fluidez de todos os conceitos, tipos e

gêneros, da falta de toda diferença cardinal entre homem e animal – doutrinas que tomo por verdadeiras, mas letais – no furor habitual por instrução, sejam ainda jogadas no povo durante uma geração, então ninguém deve se espantar se o povo naufragar no que é egoisticamente pequeno e miserável, na ossificação e ganância, ou seja, para ser, antes de mais nada, povo mutilado e extinto (NIETZSCHE, 2003, p. 84).

Em seu último ensaio sobre Nietzsche, publicado pela primeira vez em 1973, Strauss se refere a esta passagem acima citada:

Se fizermos um uso um tanto livre de uma expressão que ocorre na *Segunda Consideração Intempestiva* de Nietzsche, a verdade não é atraente, amável, vivificante, mas mortal, como mostram as doutrinas **verdadeiras** da soberania do Devir, da fluidez de todos os conceitos, tipos e espécies, e da falta de qualquer diferença fundamental entre o homem e o animal; é mostrado mais simplesmente pela doutrina **verdadeira** de que Deus está morto (STRAUSS, 1983, p. 177).¹⁴ Grifos nossos.

Para Strauss, haveria um perigo na desconstrução histórica e filosófica dos mitos, crenças e valores que formam a "atmosfera protetora" da *polis*. Nietzsche utilizou a expressão "atmosfera" no texto citado por Strauss, "O sentido histórico, quando vige sem travas e retira todas as suas consequências, desenraiza o futuro, porque destrói as

ilusões e retira a atmosfera das coisas existentes, a única na qual podiam viver" (NIETZSCHE, 2003, p. 58-9). Strauss também usa a expressão "atmosfera" ao comentar Nietzsche:

De acordo com Nietzsche, a análise teórica da vida humana que se torna consciente da relatividade de todas as visões globais, e desse modo as deprecia, tornaria a própria vida humana impossível, porquanto diminuiria a atmosfera protetora dentro da qual a vida ou cultura ou ação se torna possível (STRAUSS, [1989] 2016, p. 123).

Para Strauss, a razão "desassistida"¹⁵ não seria capaz de substituir o papel dos mitos na função de fornecer uma base segura e comum para a vida ética da comunidade. A atividade filosófica poderia revelar o caráter humano, contingente e construído de todos os valores. A publicização dessa revelação, embora verdadeira, enfraqueceria os valores, ou, ao menos o seu caráter obrigatório e categórico aos olhos dos cidadãos comuns, estimulando a corrupção social, pois cidadãos imoderados e imprudentes poderiam inventar deuses e concepções de bem particulares para satisfazer seus interesses e fraquezas particulares, como na corrupção do jovem Fidípides educado por Sócrates, em *As Nuvens*, de Aristófanes (STRAUSS, 1966, pp. 9-55)¹⁶.

Este problema perene estaria relacionado a uma desigualdade natural entre os homens. Para a

filosofia clássica, as pessoas não são iguais (STRAUSS, [1952] 2015), p. 26). A desigualdade que importa aqui não é a de classe ou gênero¹⁷, mas de temperamento. Sócrates era pobre, mas tinha alma filosófica. Diógenes foi mendigo. A desigualdade que orienta a filosofia política platônica é a de temperamentos. As pessoas teriam temperamentos diferentes por natureza ("almas") e a maioria da população não é (e nunca será) formada por pessoas com temperamento filosófico. Se é assim, o ideal iluminista moderno de universalizar a condição de "filósofo", ou seja, de "sujeito crítico e autônomo", deveria ser, para Strauss, reavaliada, pois poderia ser nociva tanto para a sociedade quanto para a própria filosofia. A atividade filosófica poderia causar dano aos indivíduos de temperamento não filosófico, que precisam de crenças reconfortantes e que não suportariam encontrar "verdades mortais"¹⁸. Quando disseminada para estes indivíduos, a filosofia poderia provocar niilismo¹⁹, corrupção ou ser colocada a serviço de uma fé fanática, como aconteceria quando indivíduos colocam a teoria a serviço de uma missão religiosa ou moral, transformando-a em escolástica ou ideologia.²⁰ Para Strauss, isso já não seria mais "filosofia", mas simplesmente fé, e "a filosofia é radicalmente independente da fé" (STRAUSS, 2017, p. 99). Para Strauss, o conflito entre filosofia e religião é em última instância irreconciliável. A síntese entre "Atenas" e "Jerusalém" realizada no

Ocidente seria sempre superficial e precária. Apesar de haver algumas semelhanças entre a filosofia clássica (Atenas) e a religião bíblica (Jerusalém), e ser possível um salutar acordo político de boa vizinhança, no limite, Atenas e Jerusalém seriam irreconciliáveis. Assim, segundo Strauss, para o bem tanto da filosofia quanto da sociedade, a "filosofia política platônica" mantinha uma separação prudente entre filósofos e cidadãos. A escrita esotérica teria a função estabelecer fronteiras e seria capaz de "pescar" para a filosofia os leitores de qualquer classe social ou gênero que seriam potenciais filósofos sem com isso causar danos aos não filósofos e à sociedade.²¹

Partindo dessas considerações prévias, propomos aplicar o método de leitura de Strauss ao seu próprio texto, com o objetivo de elucidar sua intenção ao retomar a tese de "Maquiavel, professor do mal" e revelar as entrelinhas de seu duplo ensinamento sobre Maquiavel. Em *Reflexões sobre Maquiavel*, Strauss afirma que textos esotéricos possuem "autocontradições deliberadas", pois visam a dizer "coisas diferentes sobre o mesmo objeto a pessoas diferentes", o que ele identifica como "ironia no sentido primário do texto" (STRAUSS, [1958] 2015, p. 54). *Reflexões sobre Maquiavel* contém diversas autocontradições deliberadas. Por exemplo, há um contraste marcante entre críticas severas e elogios exagerados que Strauss faz a Maquiavel. No mesmo parágrafo em

que Strauss descreve o ensinamento de Maquiavel como "diabólico", ele destaca aspectos "verdadeiramente admiráveis" nele, como "a intrepidez de seu pensamento, a grandeza de sua visão e a sutileza graciosa de seu discurso" (*Ibid.*, p. 23). Outros exemplos de elogios exagerados incluem a afirmação de que "Maquiavel leu Tito Lívio com uma penetração infinitamente maior do que pessoas como nós somos capazes de fazer" (*Ibid.*, p. 135). Outra aparente contradição refere-se à utilização ou não da escrita esotérica por Maquiavel. Strauss explicitamente afirma que Maquiavel rompe com a escrita esotérica, mas também declara que Maquiavel escrevia esotericamente (*Ibid.*, p. 155)²². Strauss diz que Maquiavel era anticristão e em outro momento diz que ele fez uma "crítica imanente da tradição bíblica" (*Ibid.*, p. 181). Strauss diz que Maquiavel quer dominar a Fortuna através da força, mas também que para ele "a Fortuna é a deusa que governa o pequeno mundo do homem em relação aos acidentes extrínsecos" (*Ibid.*, p. 263) e que para Maquiavel "um controle completo do acaso é impossível", pois a boa ou má Fortuna "é causada pelo acordo ou desacordo entre as suas qualidades naturais específicas e os caracteres específicos dos seus tempos", mas o acordo entre a natureza de um indivíduo e o seu tempo, e, portanto, a sua boa fortuna, é causada pela Fortuna, pelo acaso" (*Ibid.*, p. 272, ver também p. 277 e 278). Diz que Maquiavel vê a

"política do ponto de vista da plebe" e depois que ele via a "preponderância dos grandes como essencial para a força da sociedade" (*Ibid.*, p. 259). Strauss afirma que Maquiavel promove um "rebaixamento" e depois que ele ensina "um caminho para a virtude", para a elevação (*Ibid.*, p. 239 e 261). Estas variações decorrem da estratégia retórica da escrita esotérica de Strauss.

Neste artigo, sigo as pistas de Strauss sobre o caráter esotérico do seu próprio livro e quero me concentrar naquilo que pode ser revelado a partir da pista metodológica que Strauss fornece quando discorre sobre o papel da introdução, do final e do centro nos livros esotéricos. A seguir procurarei aplicar essa "pista" metodológica ao livro do próprio Strauss e analisar com mais detalhe o que está no centro, sem, entretanto, ossificar essa sugestão metodológica, pois não se deve perder de vista que o essencial é o papel de cada parágrafo na argumentação e "a decisão de fazer suposições baseadas em pistas depende, em última instância, exclusivamente da reflexão sobre o conteúdo dos textos" (STRAUSS, ([1958] 2015, p. 128).

A INTRODUÇÃO, O FINAL E O CENTRO

Para Strauss, os escritores esotéricos atribuíam um papel especial à introdução e ao final dos textos. Essas seriam as partes mais acessíveis aos leitores comuns, os não filósofos, que, segun-

do Strauss, tendem a perder a atenção ao se aproximarem do centro do texto, muitas vezes pulando diretamente para o final, pois os "homens irreflexivos são leitores negligentes" (STRAUSS, [1952] 2015, p. 36). Assim, os escritores esotéricos preferiam não expor seus pensamentos mais perigosos (esotéricos) "no prefácio ou em outros locais muito evidentes do texto" (*Ibid.*, p. 42). Esses locais, portanto, seriam mais adequados para as mensagens de teor exotérico ("edificante"), destinadas aos cidadãos, enquanto as mensagens esotéricas estariam mais próximas do centro.²³ Isso implica que, para compreender um livro esotérico, pode ser necessário numerar os parágrafos, classificá-los de acordo com seus argumentos e identificar onde está o centro exato ou aproximado do texto. McAllister afirma que "um leitor cuidadoso da obra de Strauss conta os parágrafos com diligência" (MCALLISTER, 2017, p. 148). Strauss faz alusão à importância da contagem dos parágrafos em diversos momentos de *Reflexões sobre Maquiavel*. Como prova de que o próprio Strauss escrevia dessa maneira (numerando os parágrafos de acordo com os argumentos e dispondo cada um deles de forma planejada em cada parte do texto), foi encontrado um manuscrito em que Strauss numerou cada parágrafo do seu livro *Reflexões sobre Maquiavel*, acompanhado de um título entre colchetes para cada um. Esse manuscrito foi publicado como anexo no livro *Political Philosophy and the Challen-*

ge of Revealed Religion, de Heinrich Meier (2017).

Quando começamos a contar os parágrafos do livro *Reflexões sobre Maquiavel*, descobrimos coisas curiosas. Por exemplo, Strauss escreve uma longa e estranha nota sobre a importância do número 13 em Maquiavel. Sabemos que Strauss não era místico e que seu coração pertencia a Atenas, não a Jerusalém, portanto, não há nada de místico ou cabalístico nessa "numerologia", o que importa nela é reter a atenção dos leitores mais exigentes naquele ponto estranho do texto, porque ali ele discorre sobre algo central, que são diversas regras de leitura nas entrelinhas. Por exemplo, Strauss insere a nota sobre a importância do número 13 em Maquiavel no 13º parágrafo do capítulo "Sobre a intenção de Maquiavel: os *Discursos*" (STRAUSS, [1958] 2015, p. 127). Na nota, Strauss aponta uma relação disso com o número de capítulos que compõe *O Príncipe* ($13 \times 2 = 26$).²⁴ Quando vamos ao capítulo de *Reflexões sobre Maquiavel* sobre o livro *O Príncipe*, percebemos que o próprio também tem 26 parágrafos. Outro exemplo encontramos no segundo capítulo, sobre o duplo ensinamento de Maquiavel. O capítulo tem 37 parágrafos. Seu centro é o parágrafo 19. Nas últimas linhas do parágrafo imediatamente anterior, o parágrafo 18, vemos que Strauss abre o parágrafo com a frase "Quase exatamente no meio dos Discursos Maquiavel tenta provar..." (STRAUSS, [1958] 2015, p. 43). Ou seja, propositalmente ele usa a frase "quase

exatamente no meio” quase exatamente no meio do seu capítulo sobre os *Discursos*. Além de ser uma brincadeira, que revela o bom humor de Strauss, a “numerologia” e as referências cruzadas servem para criar uma cumplicidade entre autor e seus melhores leitores (que pode ser inclusive uma cumplicidade na blasfêmia), e indicar a eles que continuem nessa linha, para que descubram os códigos criados pelo escritor para encontrar seus ensinamentos esotéricos, códigos que não possuem nenhuma relação com misticismo, sendo apenas um estratagema para não deixar verdades perigosas para o escritor e para a sociedade explícitas demais, e, ao mesmo, tempo, permitir acesso a elas para os melhores leitores. Nesse exemplo citado, Strauss procura fornecer uma pista importante aos seus melhores leitores: olhem para o centro! Assim, vejamos a estrutura do livro de Strauss e prestemos atenção ao que ele escreve no centro do livro. A estrutura explícita do livro tem cinco capítulos. Sendo eles, o capítulo 1 intitulado “introdução”, com 12 parágrafos; o capítulo 2 sobre “O duplo caráter do ensinamento de Maquiavel”, com 37 parágrafos; o capítulo 3, sobre “A intenção de Maquiavel: *O Príncipe*, constituído por 26 parágrafos; o capítulo 4, intitulado “A intenção de Maquiavel: *os Discursos*”, com 59 parágrafos e, por fim, o mais longo e último capítulo, “O ensinamento de Maquiavel”, com 87 parágrafos. O livro tem um total de 221 parágrafos.²⁵

O QUE ESTÁ NO CENTRO?

Os parágrafos 109 a 112 compõem o centro do livro. Neles, Strauss apresenta divergências entre Maquiavel e Tito Lívio e procura demonstrar que Maquiavel não pode se identificar com Lívio completamente. A razão para isso está relacionada com o modo de escrever e usar personagens. No parágrafo 112, Strauss comenta o capítulo 13, do livro II dos *Discorsi*, um capítulo intitulado “*Onde se diz que se passa da pequena à grande fortuna mais por meio da fraude do que da força*”. Antes, com aquela nota esquisita sobre o número 13, ele já havia nos fornecido pistas para prestarmos atenção no capítulo 13. O tema já vinha sendo abordado no parágrafo 111, que discorre sobre o uso que os escritores antigos faziam de personagens. Segundo Strauss, Maquiavel se refere “onze vezes à diferença entre Tito Lívio e seus personagens usando expressões como ‘Tito Lívio faz alguém dizer ou fazer determinadas coisas’ ou ‘Tito Lívio colocou essas palavras na boca de alguém’” (STRAUSS, [1958] 2015, p. 174, ver também p. 194).

No segundo parágrafo da Introdução de *Reflexões*, Strauss já havia introduzido o tema, quando escreveu “Maquiavel proclama aberta e triunfalmente uma doutrina corruptora que os autores antigos ensinaram secretamente e com todos os sinais de repugnância. Ele diz em seu pró-

prio nome coisas chocantes que os autores antigos disseram pela boca de personagens” (*Ibid.*, p. 20). Depois, no capítulo sobre *O Príncipe*, Strauss nos lembra que o próprio Maquiavel sabia que os escritores antigos escreviam esotericamente. Como prova, Strauss cita o trecho do capítulo XVIII de *O Príncipe*, em que Maquiavel escreve que “saber empregar bem o animal e o homem” era matéria que já “foi ensinada aos príncipes, **veladamente**, pelos antigos escritores, os quais descrevem como Aquiles e muitos outros príncipes antigos foram confiados à educação do centauro Quíron” (Grifos nossos). Em seguida, Strauss comenta que “pelo simples fato de ensinar abertamente e em seu próprio nome o que alguns autores antigos ensinaram de modo disfarçado e por meio de personagens como porta-vozes, Maquiavel apresenta um ensinamento ou doutrina absolutamente novo. Ele é um Quíron de tipo absolutamente novo” (*Ibid.*, p. 101) Ora, se Strauss já havia feito alusão a essa diferença entre o modo de escrever de Maquiavel e dos clássicos no início do livro, por que retoma o assunto no centro do livro? O que haveria de novo no modo como Strauss aborda o assunto no centro?

No parágrafo 112, Strauss considera que o capítulo 13 do Livro II dos *Discursos* compõe o “centro da seção dedicada à religião dos romanos” (*Ibid.*, p. 175) e destaca as diferenças entre o modo como Xenofonte, Tito Lívio e Maquiavel tra-

tam da “necessidade do logro e da fraude”. Strauss observa que:

Não é nenhum acidente que Maquiavel enfatize a diferença entre autores e seus personagens nesse contexto: não os homens que usaram a fraude em grande escala, mas aqueles que escrevem a respeito desses homens devem, **sob certas condições**, revelar essa fraude. Pode-se dizer que revelar essas condições é o **principal propósito** do **nosso** capítulo (STRAUSS, [1958] 2015, p. 176) Grifos nossos.

É digno de atenção que nesse trecho Strauss revele abertamente e no centro do livro qual é o “principal propósito de seu capítulo”, que é saber em quais condições os escritores devem revelar fraudes. Em seguida, Strauss cita Maquiavel: “Xenofonte, na sua vida de Ciro, mostra essa necessidade do logro. A primeira expedição de Ciro é cheia de fraude e Xenofonte o descreve conquistando o seu reino pelo logro e não pela força [...] ele o descreve enganando” (MAQUIAVEL, D, I, 10, apud STRAUSS, [1958] 2015, p. 176). Entretanto, observa Strauss, “Xenofonte apresenta a lição numa obra de ficção cujo personagem principal é um estrangeiro, um soberano asiático” (*Ibid.*, p. 176). Maquiavel também havia usado Tito Lívio para passar o seu ensinamento sobre a fraude, mas Lívio “expõe a fraude por meio da qual Roma ascendeu à grandeza usando uma vítima da fraude romana, um inimigo de Roma como seu porta-

voz" (*Ibid.*, p. 176). Então Strauss comenta: "Enquanto Xenofonte fala em seu próprio nome de uma fraude cometida por um soberano estrangeiro, Tito Lívio fala pela boca de um estrangeiro sobre a fraude cometida por seus próprios soberanos. Ninguém, ao que parece, fala em seu próprio nome sobre o engano que está na fonte do ser ou do bem-estar da sua própria comunidade" (*Ibid.*, p. 176). Os escritores antigos também ofereciam ensinamentos perigosos para os melhores leitores, mas procuravam fazê-lo sem corroer a moral do leitor comum (que acredita na boa origem de sua comunidade). Por isso, colocavam estes ensinamentos na boca de personagens de moral duvidosa ou claramente parcial (inimigos). Para Strauss, "Tito Lívio não era servil a ponto de suprimir as verdades que não eram palatáveis ao seu próprio povo; sendo mais sábio que os romanos, ele os enganou. Ele faz uso de uma nobre mentira para expor um logro ignóbil. Esse não é o único caso no qual ele revela uma dura verdade sobre os romanos pela boca de um inimigo de Roma" (*Ibid.*, p. 177). Em suma, o escritores antigos procuravam escrever de uma forma que não corresse a moral pública (esoterismo protetivo) e que não tornasse o escritor alvo de perseguição (esoterismo defensivo).²⁶

Segundo Strauss, a diferença entre o modo como Maquiavel e os escritores antigos expunham verdades duras "pode tornar-nos conscientes do

argumento oculto que Maquiavel dirige aos seus oponentes antigos: os princípios dos seus oponentes os levam à hipocrisia porque esses princípios estão em desacordo com a natureza das coisas" (*Ibid.*, p. 177). Neste momento, começamos a notar a diferença entre a maneira como Strauss coloca a questão no início do livro e no centro. No início do livro já aparecia a tese explícita de que haveria uma diferença entre o modo de escrever de Maquiavel e os clássicos, mas no centro do livro, Strauss aponta uma motivação moral de Maquiavel na raiz do seu desacordo com os clássicos: ao contrário dos escritores antigos, Maquiavel não se sentiria confortável com a hipocrisia.²⁷ Parece ser mais difícil para ele fazer o uso de "nobres mentiras" de caráter edificante.

Podemos relacionar essa observação com o que Strauss escreve no segundo parágrafo imediatamente posterior ao centro do livro, quando afirma que Maquiavel fez uma "crítica imanente da tradição bíblica":

O Cristianismo foi compelido a permitir e mesmo a encorajar o estudo da literatura pagã. Esse estudo e a admiração pelo modo de vida pagão que ele despertou em algumas mentes puderam, assim, tornar-se a porta de entrada da crítica de Maquiavel à religião bíblica. O seu elogio da Roma antiga é um elemento essencial do seu ensinamento inteiramente novo, mas é também, e mesmo principalmente, um mero engenho de subversão ou daquilo que pode ser

chamado de a sua **crítica imanente da tradição bíblica** (STRAUSS, [1958] 2015, p. 181. Grifos nossos)

A "admiração pelo modo de vida pagão" foi a "porta de entrada" para a crítica ao Cristianismo. Maquiavel, segundo Strauss, foi o primeiro grande pensador a trilhar esse caminho. Depois dele, diversos pensadores que 'amavam os antigos' tornaram-se críticos da 'religião bíblica'. Entre eles, destaca-se Rousseau, filósofo que, para Strauss, exerceu grande influência sobre o romantismo alemão e a filosofia alemã. Essa crítica ao Cristianismo, motivada pelo amor aos antigos, encontra sua expressão mais desenvolvida no contexto do "nihilismo alemão".²⁸ Para Strauss, no entanto, a crítica ao Cristianismo feita por esses pensadores teria sido parcial ou incompleta, ainda movida por motivos cristãos, por isso seria uma crítica "imanente" e dela teriam nascido as ideias modernas. Quando Strauss usa a expressão "crítica imanente" ele tem em conta as avaliações de Hegel e de Nietzsche, que consideravam o Iluminismo como um Cristianismo secularizado,²⁹ que resultou de uma crítica imanente à tradição bíblica. Nietzsche entendia que a crítica operada pelos Iluministas havia sido apenas uma crítica pela metade, incompleta, pois os críticos voltaram-se contra a religião cristã a partir de valores morais que foram criados por essa mesma religião, esses valores teriam permanecido não examinados (para ele, a

questão do "valor dos valores" ainda não havia sido levantada). A crítica imanente ao Cristianismo preservou e radicalizou alguns desses valores não avaliados enquanto os secularizava e politizava. Nesse sentido, para Nietzsche, o "movimento democrático constitui a herança do movimento cristão" (NIETZSCHE, 2005, p. 89) e teria herdado dele uma hostilidade ao nobre e ao excepcional, além da valorização do fraco, o igualitarismo e uma moral da compaixão. Esses aspectos, quando hipertrofiados, "convencem do nada", pois levariam a "negar" a vida em razão do sofrimento, impulsionando a busca pela "abolição do sofrimento", uma abolição que, além de impossível, em última análise levaria ao fim da excelência humana e ao advento do "último homem".³⁰ Strauss herda de Nietzsche o apreço pela excelência humana e a crítica ao efeito rebaixador do ideário democrático moderno. Entretanto, sugere que o próprio Nietzsche não se desprende totalmente desse processo, pois ainda carregaria consigo um espírito messiânico, propagandista, opondo, em linguagem hiperbólica, ao último homem o super-homem e a 'grande política'. Nietzsche não teria a moderação dos clássicos, sendo, nesse sentido, mais "bíblico" que clássico.³¹ Sua falta de moderação transpareceria em suas ambições redentoras e na forma de escrever, expondo pensamentos profundos, mas perigosos, abertamente, em seu próprio nome e para todos, engajando-se em uma propaganda de

sua "boa nova". Para Strauss, a propaganda, motivada por certo espírito messiânico, ou uma "imanentização" de esperanças messiânicas, é uma das principais heranças cristãs presentes em diversos pensadores modernos³², a começar por Maquiavel:

Da mesma forma que o cristianismo derrotou o paganismo por meio da propaganda, ele acredita que pode derrotar o cristianismo pela propaganda (...) a esperança de Maquiavel repousa sobre sua suposição de que a prudência humana pode conquistar a Fortuna (...) Maquiavel é o primeiro filósofo a acreditar que a coincidência da filosofia com o poder político pode ser produzida pela propaganda, que conquista multidões cada vez maiores para os novos modos e ordens e, com isso, transforma o pensamento de um ou de poucos na opinião do público e, logo, num poder político. Maquiavel rompe com a Grande Tradição e dá início ao Esclarecimento [*Enlightenment*]. O que temos de considerar é se esse Esclarecimento merece o seu nome ou se o seu nome verdadeiro é Obscurecimento [*Obfuscation*] (STRAUSS, 1958, pp. 216-217)

Strauss atribui a Maquiavel uma motivação moral por trás da ousadia com que este expõe verdades políticas desconcertantes. Em contraste com a tradição clássica, edificante e prudente, essa franqueza estaria associada a uma forma de 'probidade intelectual'. Essa virtude, herdada da

espiritualidade cristã (NIETZSCHE, GM, III, §27), quando combinada ao igualitarismo moral moderno e ao impulso pela propaganda, torna muito difícil justificar a escrita esotérica dos autores clássicos, que pressupunha distinções entre tipos de leitores e admitia, sob certas condições, o uso da dissimulação. Para um cristão moral "coerente", formado pela ética da sinceridade universal e da igualdade de todos perante a verdade, tanto a hierarquia de inteligências quanto a prática da nobre mentira se tornam eticamente inaceitáveis (STRAUSS, [1952] 2015, pp. 43–45). Assim, para o cristão moral coerente seria imoral supor, como os clássicos supunham, que a busca da verdade não é para todos, que nem todos poderiam viver como filósofos ou "sujeitos críticos" e que bons filósofos poderiam escrever de modo não sincero ou velado.

Ao dizer que Maquiavel critica seus oponentes clássicos porque seus princípios levariam à hipocrisia, Strauss sugere que Maquiavel teria sido moralmente cristão e iniciado um movimento "juvenil".³³

Portanto, se no início do livro Strauss escreve sobre Maquiavel como professor do mal e relaciona isso com o que ele próprio chamou de "opinião simples" sobre Maquiavel, no centro do livro o problema não é o maquiavelismo, mas falar verdades maquiavélicas abertamente para todos e em seu próprio nome, sem a prudência dos clássicos.

cos. A mudança no modo de escrever refletiria uma mudança moral importante que coincide com o início da crítica imanente ao Cristianismo (Iluminismo). Quase exatamente no centro do último e maior capítulo do livro, Strauss afirma que "é apenas o seu ensinamento a respeito da moralidade e da política que pode ser considerado inteiramente novo", com ele, Maquiavel "contradiz toda a tradição filosófica" (ainda que não totalmente a tradição bíblica) e "mesmo que fosse verdade que Maquiavel divergiu dos seus antecessores apenas por sua ousadia, a nossa afirmação estaria plenamente justificada: essa ousadia, sendo ponderada, pressuporia toda uma nova estimacão do que pode ser proposto publicamente e, logo, toda uma nova estimacão do público, e, portanto, uma nova estimacão acerca do homem" (STRAUSS, [1958], 2015, p. 288-9). A nova estimacão acerca do homem é igualitária,³⁴ marcada por uma probidade intelectual que recusa o recurso à autoridade,³⁵ sente incômodo com o ensino de inverdades (mesmo se fossem úteis ao bem comum) e se compromete com o esclarecimento de todos. Para Strauss, esse tipo de probidade intelectual igualitária explicaria inclusive a aparente neutralidade de Maquiavel no conflito entre repúblicas e tiranias, pois para o florentino:

O único bem que é comum para todos os homens, sem restrições, é a verdade e, em particular, a verdade sobre o homem e a sociedade.

O conhecimento dessa verdade, assim parece, é incompatível com a preferência sem nuances pelas repúblicas em detrimento das tiranias, não porque os 'juízos de valor' não sejam racionais, mas justamente porque eles são racionais: embora se tenha a possibilidade de arregimentar fortes argumentos em favor das repúblicas, argumentos não negligenciáveis podem ser apresentados em favor da tirania (...) Maquiavel afirma servir ao benefício comum de todos ao comunicar a todos os novos modos e ordens que descobriu (STRAUSS, [1958] 2015, p. p. 346)

Para Strauss, Maquiavel era um profeta que anunciava uma 'boa nova' ainda em gestação, que, mais tarde, plenamente desenvolvida, seria chamada de Iluminismo, e buscava expandi-la por meio da propaganda (Ibid., pp. 216-217). Segundo Strauss, Maquiavel também praticou a escrita esotérica,³⁶ mas apenas na modalidade defensiva e de forma subversiva. Defensiva, por exemplo, quando coloca o discurso igualitário na boca do plebeu anônimo em *História de Florença* (III, 13), como forma de expor um ensinamento novo e se proteger da repressão dos Médici. Além disso, como Oliveira bem apontou, mesmo quando Maquiavel utiliza os recursos da arte tradicional da escrita esotérica, ele o faz "para transmitir um ensinamento subversivo que é radicalmente anti-tradicional e, como tal, pretende tornar a literatura esotérica um método obsoleto de comunicar o

conhecimento filosófico" (OLIVEIRA, 2020, p. 32). Outro ponto que merece destaque é que Maquiavel nunca praticou a modalidade protetiva da escrita esotérica, aquela em que o escritor encobre certas verdades para proteger a sociedade, pois essa prática não fazia mais sentido para ele. Afinal, partindo da "crítica imanente" ao Cristianismo, Maquiavel pressupunha que todos os homens são iguais, e, portanto, que a busca da verdade não seria perigosa, mas libertadora. Assim, Maquiavel teria inaugurado a crença de que, mais cedo ou mais tarde, dependendo do sucesso da propaganda dos esclarecedores, a própria escrita esotérica defensiva não seria mais necessária, pois todos poderiam se tornar sujeitos críticos e autônomos, ou "filósofos". A hipocrisia seria suplantada pela transparência. Dessa forma, segundo Strauss, Maquiavel "rompe com a Grande Tradição e dá início ao Esclarecimento. O que temos de considerar é se esse Esclarecimento merece o seu nome ou se o seu nome verdadeiro é Obscurecimento" (*Ibid.*, p. 217).

TRÊS PÚBLICOS, TRÊS CAMADAS DO TEXTO

Já deve estar claro que não é ingênuo o uso da "opinião simples" sobre Maquiavel no texto de Strauss. É preciso lembrar que os capítulos de *Reflexões sobre Maquiavel* foram elaborados pela

primeira vez para serem proferidos como palestras públicas, as "palestras Walgreen", referidas pelo próprio Strauss na introdução do livro. Sendo assim, há que se pensar na estratégia retórica do palestrante, especialmente se este é alguém como Strauss, que atribui tanta importância ao "problema perene" e à escrita esotérica dos clássicos, que ele procura recuperar. Sendo a introdução a região do livro mais acessada pelos leitores comuns, é a região do texto mais indicada para ensinamentos exotéricos, portanto, edificantes, mesmo que não verdadeiros do ponto de vista do filósofo ou historiador. Entretanto, na introdução de *Reflexões*, Strauss não escreve apenas para os cidadãos, mas para três públicos diferentes: os cidadãos não filosóficos, os acadêmicos e os potenciais filósofos do futuro.

Entendemos que a primeira frase do livro foi escrita pensando na sua audiência acadêmica.³⁷ Essa é a principal audiência pensada por Strauss do primeiro ao nono parágrafo da introdução. Para Strauss, essa audiência acadêmica de sua época pensava de modo acrítico a partir das condições criadas pela revolução francesa, e, de modo geral, as interpretações compartilhadas por ela haviam domesticado Maquiavel, desconsiderando rapidamente os seus ensinamentos chocantes como sendo apenas a uma leitura antiquada e ruim. Maquiavel, dizem esses acadêmicos, não oferece nenhum ensinamento chocante, pois era um republi-

cano, patriota e simpatizante da participação popular. Maquiavel "era um dos nossos". Strauss abre o livro dialogando ironicamente com essa audiência acadêmica:

Não chocaremos ninguém, apenas nos vamos expor ao ridículo benevolente ou, em todo caso, inofensivo, ser nos confessarmos inclinados a acatar a opinião simples e antiquada de que Maquiavel foi um professor do mal. Com efeito, que outra descrição seria apropriada ao momento que ensina lições como estas" (STRAUSS, 1958, p. 19)

Em seguida, Strauss apresenta algumas passagens chocantes de Maquiavel e levanta a dúvida de se esses acadêmicos modernos não erram mais que a opinião "simples e antiquada" sobre Maquiavel, ao ignorarem que "a tirania contemporânea tem suas raízes no pensamento de Maquiavel" (STRAUSS, [1958] 2015, p. 24). Strauss afirma que os acadêmicos podem errar mais que o senso comum e "não seria o único caso conhecido em que 'um pouco de filosofia' dá origem a erros prodigiosos aos quais a multidão não filosófica está imune" (*Ibid.*, p. 20). Isso não implica que, para Strauss, o senso comum estivesse inteiramente correto e pelas razões corretas. Como indicamos antes, o problema para Strauss não estava nos ensinamentos verdadeiros e imorais de Maquiavel, mas na sua exposição explícita para todos e em seu próprio nome sem nenhum tipo de condena-

ção moral que limitasse seus efeitos politicamente explosivos. Para Strauss, eram ensinamentos que na posse de pessoas erradas teriam estimulado movimentos radicais que banalizaram a violência política, justificando todos os meios pelo fim bom que seria a fundação de um impossível reino universal da justiça total na terra. O resultado histórico, a despeito das intenções, teria sido o surgimento das tiranias modernas (regimes totalitários).

A segunda audiência esperada da introdução é a "multidão não filosófica", que também assistia às palestras e que poderia ter interesse em ler o livro. Strauss se refere a esse contexto exotérico das palestras no 10º parágrafo da sua introdução, quando escreveu: "Há boas razões para tratar de Maquiavel **numa série de palestras Walgreen**. Pode-se dizer que os Estados Unidos da América são o único país do mundo fundado em oposição explícita aos princípios maquiavélicos" (*Ibid.*, p. 23, grifos nossos). Nesse momento, Strauss quer proteger as crenças dessa audiência que acredita que "a fundação dos Estados Unidos repousou na liberdade e na justiça" (*Ibid.*, p. 23). É por responsabilidade política que Strauss faz esse movimento, pois ele não é um simples historiador preocupado exatidão histórica, mas um filósofo político que prefere a democracia liberal ao totalitarismo comunista, e considera que havia uma batalha pelo predomínio no globo que não seria resolvida por cientistas

preocupados apenas com a exatidão histórica. Para essa audiência de *cidadãos*, Strauss diz que:

Os Estados Unidos são, neste momento, o bastião da liberdade. E a tirania contemporânea tem suas raízes no pensamento de Maquiavel, no princípio maquiavélico de que o fim bom justifica todos os meios. Ao menos na medida em que a realidade americana é inseparável da aspiração americana, não é possível compreender o americanismo sem compreender o maquiavelismo que se coloca como o seu oposto (*Ibid.*, p. 24).

Strauss não afirma em nenhum momento que Maquiavel era comunista, que acreditava na possibilidade de uma sociedade sem classes e sem religião. Afirma simplesmente que "o princípio maquiavélico de que o fim bom justifica todos os meios" (STRAUSS, [1958] 2015, p. 24) facilitou o surgimento das tiranias modernas. Não parece uma afirmação muito polêmica, uma vez que muitos tiranos, de Napoleão à Mao-Tsé-Tung, equivocadamente ou não, diziam se inspirar em Maquiavel e tinham *O Príncipe* como livro de cabeceira.

Há, ainda, uma terceira audiência imaginada por Strauss, formada pelos leitores mais atentos e jovens, que poderiam escapar do domínio dogmático da audiência acadêmica mais velha. São os potenciais "filósofos do futuro", para usar a expressão de Nietzsche em seu livro mais apreciado por Strauss (*Além do Bem e do Mal*. Ver aforismos

§42, §43, §44 e §210). Esses jovens e inteligentes leitores podem ficar curiosos com uma contradição implantada por Strauss ainda na introdução, a respeito da fundação dos EUA (afinal, o país teria sido fundado na justiça ou na injustiça?). Strauss havia citado um trecho de *Rights of Man*, de Thomas Paine (essa espécie de Sócrates moderno), dizendo que todos os governos anteriores haviam sido fundados no crime, na conquista ou na tirania, mas que, ao contrário disso, "a independência dos EUA foi acompanhada por uma revolução nos princípios e na prática dos governos" e que "a fundação dos EUA foi baseada na liberdade e na justiça" (Strauss, [1958] 2015, p. 23). Entretanto, no parágrafo seguinte, o 11º, Strauss, coloca em dúvida essa mesma afirmação:

Mas não podemos esconder de nós mesmos o fato de que o problema é mais complexo do que parece na apresentação feita por Paine e seus seguidores. Maquiavel diria que a América deve a sua grandeza não apenas à sua aderência habitual aos princípios da liberdade e da justiça, mas também aos seus desvios ocasionais em relação a eles. Ele não hesitaria em sugerir uma interpretação maliciosa da aquisição de Lousiana e do destino dos pelevermelhas (*Ibid.*, p. 24).

Strauss faz do "diabólico" Maquiavel o seu Trasímaco e coloca na boca dele o ensinamento (para Strauss verdadeiro) de que também a funda-

ção dos EUA foi baseada na imoralidade.³⁸ A contradição entre o idealista parágrafo anterior e o realista parágrafo 11º da introdução é suficiente para acender o alerta dos melhores e jovens leitores: "Há uma contradição aqui". Isso os faria prestar mais atenção no trecho e os tornaria cúmplices do autor (Strauss) na blasfêmia (a moralidade é fundada na imoralidade, o Estado "livre" foi fundado na violência), sem, contudo, deixar esse ensinamento explícito e legitimado para todos. É para esses leitores, potenciais "filósofos do futuro", que Strauss dirige seus ensinamentos mais esotéricos, que são blasfemos para a moralidade democrática moderna, pois envolvem uma crítica da modernidade e um chamado para o retorno à *relação* clássica entre filosofia e sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Leo Strauss retoma a tese de "Maquiavel, professor do mal" de forma irônica, ou seja, sua intenção era oferecer um duplo ensinamento, dirigindo mensagens diferentes sobre o mesmo objeto a pessoas diferentes" (STRAUSS, [1958] 2015, p. 54). As críticas exotéricas de aparência ingênua a Maquiavel como professor do mal, diabólico e antibíblico aparecem na superfície, são mais presentes na introdução e dirigidas aos cidadãos. As mensagens esotéricas, por sua vez, são mais encontradas nos "centros", são dirigidas aos potenciais filósofos

do futuro e revelam que o problema para Strauss não seria o caráter antibíblico de Maquiavel, pois, como vimos, Strauss o considerava, em certo sentido, moralmente cristão. O problema seria que Maquiavel teria iniciado a crítica *imane*nte ao Cristianismo que culminou no Esclarecimento.

A introdução do livro ganha outro significado quando retornamos a ela depois de analisar as entrelinhas do que está no centro do livro. O central já estava na introdução, mas não completamente explicitado e desdobrado. Na introdução, Strauss havia afirmado, "somos simpáticos à opinião simples sobre o Maquiavel não apenas porque ela é salutar, mas acima de tudo porque deixar de levar essa opinião a sério impede que se faça justiça ao que é verdadeiramente admirável nele: a intrepidez do seu pensamento, a grandeza da sua visão e a sutileza graciosa do seu discurso" (STRAUSS, [1958] 2015, p. 23). Ou seja, a opinião simples de Maquiavel como "professor do mal" seria boa por ser "salutar" (para o povo), o que é diferente de ser boa por ser "verdadeira". Além disso, ela respeita mais o caráter grandioso e revolucionário de Maquiavel, ao contrário da domesticação de Maquiavel que teria sido feita pelo senso comum acadêmico ironizado por Strauss.

Portanto, para Strauss, se Maquiavel poder ter sido em algum sentido um professor do mal, esse mal resultou, ao menos em parte (e paradoxalmente), da sua bondade moral cristã, que o tor-

nou incapaz de "dominar o seu coração" e o impediu de entender, como os clássicos, "que o que não deve ser dito não pode ser dito" (*Ibid.*, p. 221).³⁹ Portanto, na perspectiva clássica moderada que Strauss quer retomar, não se deveria anunciar aos quatro ventos e em seu próprio nome o ensinamento de que "a moralidade só pode existir numa ilha criada ou, em todo caso, protegida pela imoralidade" (*Ibid.*, p. 316). O que Strauss censurava no "juvenil" Maquiavel era que ele não teria chegado na "maturidade" platônica que avaliava que: "É impossível para um homem sábio beneficiar sua cidade a não ser enganando-a" (STRAUSS, 1964, p. 235). Assim, para Strauss, Maquiavel teria sido um anjo caído, um grande filósofo, mas que não conseguiu, como os clássicos, "dominar o seu coração" e separar a interminável e fugidia busca da verdade (para alguns) da construção *artística* de ensinamentos edificantes. Segundo Strauss, essa fraqueza iniciou um caminho que leva para baixo.

Em *As Três Ondas da Modernidade*, Strauss argumenta que Maquiavel inaugurou a primeira onda da modernidade ao questionar radicalmente o valor da "filosofia política tradicional". Maquiavel buscava substituir o idealismo, que ele atribuía à filosofia política tradicional, por uma abordagem "realista das coisas políticas". Para Strauss, entretanto, isso representa "apenas metade da verdade (ou, em outras palavras, seu realismo é de um tipo

peculiar)", pois "a outra metade é afirmada por Maquiavel nos seguintes termos: a fortuna é uma mulher que pode ser controlada pelo uso da força" (STRAUSS, [1989], 2016, p. 96). Esse novo realismo, portanto, contém um novo tipo de idealismo: o do homem como senhor do seu destino. Trata-se de um idealismo que se realizaria através da dominação do homem e da natureza por meio da técnica. Com isso, Maquiavel romperia com a tradição clássica e bíblica, uma vez que um ponto comum a ambas era a ideia de que o homem tem seu lugar dentro de um todo que não foi criado por ele, que seu poder é limitado e que ele não pode vencer as limitações de sua natureza, evidenciadas pelo poder do "enganoso acaso" (clássicos) ou da "providência inescrutável" (Bíblia). Em ambos os casos, não é dado ao homem o "governo sobre o todo". Nesse sentido, afirma Strauss, "O 'homem é a medida de todas as coisas' é o exato oposto de 'o homem é o senhor de todas as coisas'", e, "nossa natureza é escrava de muitos modos (Aristóteles) ou, em outras palavras, somos títeres de deuses (Platão)" (*Ibid.*, p. 97). Sendo assim, "a vida boa é a vida de acordo com a natureza", "virtude é essencialmente moderação" e a felicidade depende da "limitação dos nossos desejos" (*Id*). Em contraste com os clássicos, Maquiavel quer "dominar a fortuna" por meios técnicos, através da engenharia institucional ou "instituições que tenham dentes" (*Ibid.*, p. 98). Para isso, seria

necessário "rebaixar o olhar", abandonando as virtudes, agora consideradas "muito difíceis de realizar", em favor de algo mais pedestre e fácil de manipular por meio da técnica: a autoconservação como principal motivação humana. Em suma, a primeira onda da modernidade teria reduzido "o problema político e moral a um problema técnico" (*Ibid.*, p. 100). Em *Reflexões sobre Maquiavel*, a interpretação straussiana de Maquiavel é bem mais detalhada, nuançada e complexa do que em *Três Ondas da Modernidade*. Embora este não seja o espaço para avançar uma comparação entre os dois textos, vale mencionar que, em *Reflexões* fica mais claro que Strauss não lhe atribui o esquecimento completo da virtude.⁴⁰ Maquiavel apenas inicia esse processo de esquecimento.

Aqueles que partem da crítica imanente ao Cristianismo, com sua proibição intelectual igualitária e seu projeto de universalização da filosofia, consideram desconfortável promover um ensinamento "edificante" se ele não for verdadeiro. Como consequência dessa dificuldade moral, houve o gradual abandono do suprapolítico e do discurso das virtudes. Para Strauss, sem imagens edificantes da virtude a pressionar os humanos "para cima", a tendência seria um caminho "para baixo", estimulado pela legitimação democrática das fraquezas humanas. Todos passariam a ser iguais: o herói e o filisteu, o corajoso e o covarde, o sábio e o ignorante, sem distinção entre alto e baixo. Esse

igualitarismo, para Strauss, colocaria a liberdade individual acima da virtude, provocando o eclipse desta, sendo cada vez mais percebida pelos hedonistas modernos como "pesada demais". A máxima "cada um é cada um" se tornaria um lema de autoindulgência. Segundo Strauss:

Maquiavel analisa o político como se este não estivesse ordenado para o suprapolítico ou como se o suprapolítico não existisse. A consequência é uma enorme simplificação e, sobretudo, a aparência da descoberta de todo um continente até então inteiramente insuspeitado. No entanto, com efeito, Maquiavel não traz à luz um único fenômeno político de importância fundamental que não fosse plenamente conhecido dos clássicos (...) Uma estupefata contração do horizonte aparece a Maquiavel e seus sucessores como uma extraordinária ampliação do horizonte (MAQUIAVEL, [1958] 2015, p. 358-359).

Como vimos, para Strauss, os clássicos já conheciam todas as verdades do assim chamado "realismo" político, mas as apresentavam prudentemente através de personagens de moral questionável, e, ao não legitimar esse ensinamento, ajudavam a preservar a virtude dos leitores *cidadãos*. Os melhores leitores, entretanto, conseguiam acessar esse ensinamento "realista". Acima do "realismo político", plenamente conhecido, os filósofos clássicos *construíam* um universo suprapolítico que moderava a política. Nesse sentido, "os

clássicos entenderam os fenômenos morais e políticos à luz da mais alta virtude ou perfeição do homem, a vida do filósofo ou a vida contemplativa. A superioridade da paz sobre a guerra ou do ócio sobre o negócio é um reflexo da superioridade do pensar sobre o agir ou o produzir" (Ibid., p. 359). Os clássicos, segundo Strauss, sabiam que o melhor regime dificilmente existiria na prática, como Sócrates admite na *República*, ao afirmar que fundaram o regime ideal "somente em palavras" (*República*, 592b). Contudo, o discurso das virtudes, embora difícil, indicava um caminho ascendente e exercia uma pressão nessa direção. Sem essa pressão, o declínio não encontraria barreiras. Em contraste, muitos modernos, a partir de Maquiavel, rejeitam o suprapolítico por não ser "verdadeiro" e por ser "muito difícil". Querem que a sociedade seja organizada de forma transparente pelo que é verdadeiro do ponto de vista racional e querem uma solução política para o problema humano, ou seja, querem aquilo que, segundo Strauss, os clássicos não consideravam possível. Não conseguindo "segurar seu coração" diante de inverdades e pretendendo colocar em prática a sua versão do melhor regime (que realizaria a felicidade geral agora entendida em termos individualistas e hedonistas), os modernos realizam, segundo Strauss, uma "contração de horizontes", pois acabam eliminando aquilo que moderava a política e elevava o homem acima de seus impulsos mais

baixos. Além do declínio da virtude, também ocorreria nesse processo a separação entre sabedoria e moderação, evidente no ensinamento de Maquiavel, *explícito e para todos*, sobre o papel da violência e da fraude na política, sua ambiguidade em relação à tirania e sua preferência pela vida ativa sem a moderação da vida contemplativa. Descartando o suprapolítico, "o filosofar de Maquiavel permanece, em seu todo, dentro dos limites determinados pela cidade enquanto essa está fechada para a filosofia. Aceitando os fins do *demos* como supremos, ele busca o meio que melhor conduza a esses fins" (STRAUSS, [1958] 2015, p. 359). O fim bom, agora entendido em termos hedonistas, justifica todos os meios, sem consideração pelas possíveis consequências negativas para o próprio *demos* decorrentes do abandono do suprapolítico. Em vez de meditar sobre os limites intrínsecos da política, como segundo Strauss teriam feito os clássicos, muitos modernos teriam buscado uma "solução" política final para os problemas humanos a ser alcançada por meio da força e da manipulação das paixões mais elementares. Para Strauss, esse caminho influenciou movimentos políticos radicais que culminaram nas grandes tiranias do século XX. Ele criticava Maquiavel à luz da "crise de nossa época", que seria o resultado desse caminho que Maquiavel apenas iniciou. Strauss encerra seu livro convocando seus melhores leitores a restabelecerem a relação clássica entre filo-

sofia e sociedade: "embora a filosofia deva guardar -se do desejo de ser edificante, ela é, inevitavelmente, edificante" (STRAUSS, [1958] 2015, p. 363).

REFERÊNCIAS

ADVERSE, Helton. **Hannah Arendt, Leo Strauss e a Filosofia Política**. São João del Rei: *Revista Estudos Filosóficos*, nº 17, 2016.

ALTINI, Carlo. **Philosophy as stranger wisdom: a Leo Strauss intellectual biography**. Albany/NY: State University of New York Press, 2022.

BLOOM, Allan. Leo Strauss: September 20, 1899 - October 18, 1973. **Political Theory**, 2, 4:372-392, 1973.

CHACÓN, Rodrigo. Reading Strauss from the Start: On the Heideggerian Origins of 'Political Philosophy'. In: **European Journal of Political Theory** 9(3), pp. 287-307, 2010.

COSTA, Jean Gabriel Castro da. Leo Strauss on the problem of Socrates in "The Clouds". **INTERAÇÃO**, v. 15, p. e89752, 2024.

DRURY, Shadia. The esoteric philosophy of Leo Strauss. **Political Theory**, 13, 3:315-337, 1985.

DRURY, Shadia. **The Political Ideas of Leo Strauss, Updated Edition**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

LAMPERT, Laurence. **Leo Strauss and Nietzsche**. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

LAMPERT, Laurence. Strauss's Recovery of Esotericism. In: Smith, Steven (ed). **The Cambridge Companion to Leo Strauss**. New York: Cambridge University Press, pp. 63-92, 2009.

LEFORT, Claude. Três notas sobre Leo Strauss. Em: LEFORT, Claude. **Desafios da escrita política**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

MENDES, Elvis de Oliveira. O terror que edifica: o Nietzsche de Leo Strauss. Em: **Estudos Nietzsche**, Vol. 14 - No 02, 2023.

MCALLISTER, Ted V. **Revolta contra a modernidade. Leo Strauss, Eric Voegelin e a busca de uma ordem pós-liberal**. São Paulo: É Realizações, 2017.

MANSFIELD, Harvey. Strauss's Machiavelli. In: **Political Theory**, Vol, 3 Nº 4, 1975.

MANSFIELD, Harvey. **Machiavelli's Virtue**. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

- MANSFIELD, Harvey. **Machiavelli's New Modes and Orders: A Study of the Discourses on Livy**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.
- MACHIAVELLI, N. 1971. (Opere) **Tutte le opere**. SECONDO L'Edizione di MARIO MARTELLI. Firenze: Sansoni Editore/Firenze: Giunti Editore S.p.A./Bompiani, 2018.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Hedra, 2007b.
- MEIER, Heinrich. **Political Philosophy and the Challenge of Revealed Religion**. Chicago, The University of Chicago Press, 2017.
- MINER, Robert C. Leo Strauss's Adherence to Nietzsche's 'Atheism From Intellectual Probity'. In: **Perspectives on Political Science**, 41:155–164, 2012.
- NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda Consideração Intempestiva. Da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Além do Bem e do Mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NIETZSCHE, Friedrich. **A Vontade de Poder**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- OLIVEIRA, Richard. R. The subversion of ancient thought: Strauss's interpretation of the modern philosophic project. Em: **Manuscrito – Rev. Int. Fil. Campinas**, v. 43, n. 3, pp. 1-54, Jul.-Sep. 2020.
- PANGLE, Thomas. The Roots of Contemporary Nihilism and Its Political Consequences According to Nietzsche. **The Review of Politics** 45, no. 1, pp. 45–70, 1983.
- PESSOA, Fernando. **Livro do Desassossego**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- RAHE, Paul. **Against Throne and Altar. Machiavelli and Political Theory under English Republic**. Cam-

bridge: Cambridge University Press, 2008.

RAHE, Paul. **Machiavelli's Liberal Republican Legacy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

OLIVEIRA, Richard Romeiro. Esoterismo e Filosofia Política na obra de L. Strauss. Em: **Dissertatio** [46] 27-55, 2017.

ROUSSEAU, J.J. **O Contrato Social**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

STRAUSS, Leo. **Perseguição e a arte de escrever. E outros ensaios de filosofia política**. São Paulo: É Realizações, [1952] 2015.

STRAUSS, Leo. **Direito Natural e História**. São Paulo: Martins Fontes, [1953] 2014.

STRAUSS, Leo. **Reflexões sobre Maquiavel**. São Paulo: É Realizações, [1958] 2015.

STRAUSS, Leo. **City and Man**. Chicago: Rand McNally, 1964.

STRAUSS, Leo. **Socrates and Aristophanes**. Chicago: The University of Chicago Press, 1966.

STRAUSS, Leo. **Studies in Platonic Political Philosophy**. Chicago: The University of Chicago Press,

1983.

STRAUSS, Leo. **The Rebirth of Classical Political Rationalism**. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

STRAUSS, Leo. **Uma Introdução à Filosofia Política: dez ensaios**. São Paulo: É Realizações, [1989] 2016.

STRAUSS, Leo. **German Nihilism**. In: Interpretation. Spring 1999, vol. 26, n. 3, pp. 353-78.

STRAUSS, Leo & VOEGELIN, Eric. **Fé e Filosofia Política: a correspondência entre Leo Strauss e Eric Voegelin**. São Paulo: É Realizações, 2017.

SULLIVAN, Vickie B. **Machiavelli, Hobbes, and the Formation of a Liberal Republicanism in England**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SULLIVAN, Vickie B. **Machiavelli's Three Romes. Religion, Human Liberty, and Politics Reformed**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2020.

TANGUAY, Daniel. **Leo Strauss: An Intellectual Biography**. New Haven: Yale University Press, 2007.

TARCOV, Nathan. Philosophy & History: Tradition and Interpretation in the Work of Leo Strauss. In: **Polity**, Vol. 16, No. 1, pp. 5-29, 1983.

TARCOV, Nathan. Machiavelli's Critique of Religion. In: **Social Research**, Vol. 81 (1), pp. 193-216, 2014.

VELKLEY, Richard. **Heidegger, Strauss, and the Premises of Philosophy: On Original Forgetting**. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

VERÇOSA FILHO, Élcio. O Maquiavel de Leo Strauss. Em: Prefácio de STRAUSS, Leo. **Reflexões sobre Maquiavel**. São Paulo: É Realizações, [1958] 2015.

ZUCKERT, Catherine H. **Machiavelli's Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 2017.

ZUCKERT, Michael. Straussians. Em: S. Smith (ed.), **The Cambridge Companion to Leo Strauss**, Cambridge, Cambridge University Press, 2009.

NOTAS

¹Para um panorama das diferentes correntes straussianas nos EUA ver: ZUCKERT, 2009. No campo de estudos sobre Maquiavel ver: MANSFIELD, 1998 e 2001; SULLIVAN, 2006 e 2020; RAHE, 2006 e 2008; TARCOV, 2014; ZUCKERT, 2014 e 2017.

²Alguns comentários a favor dessa hipótese encontram-se em: MANSFIELD, 1975, p. 372; DRURY,

1985; LAMPERT, 2009; LEFORT, 1999, p. 261; MCALLISTER, 2017, pp. 138-149; TANGUAY, 2007; OLIVEIRA, 2017; VERÇOSA FILHO, 2015, p. 12.

³Strauss escreveu, em carta a Karl Löwith, "Nietzsche me encantou e dominou tanto que entre meus 22 e 30 anos de idade eu literalmente acreditava em tudo que eu entendia dele" (Leo Strauss em LAMPERT, 1996, p. 5). Mais tarde, na Universidade de Chicago, Strauss ofereceu quatro cursos sobre Nietzsche nos anos de 1959, 1962, 1967, 1971-72. Neste último ano, Strauss ofereceu um curso sobre *Além do Bem e do Mal*, que resultou em um ensaio importante que ele colocou como capítulo central do seu último livro editado por ele próprio (STRAUSS, 1983). Sobre a importância de Nietzsche para Leo Strauss ver LAMPERT, 1996; DRURY, 2005, pp. 114-132, 170-181; MCALLISTER, 2017, pp. 208-229; MENDES, 2023. Sobre a importância de Heidegger para Strauss ver: CHACÓN, 2010 e VELKLEY, 2011.

⁴Strauss não era um reacionário, pois era um oponente do radicalismo político, seja ele de esquerda ou direita. Tanto quem idealiza nostalgicamente uma Era de ouro no passado a ser retomada quanto quem idealiza um futuro edênico pós-revolucionário compartilha "a crença utópica de que o mal pode ser abolido da história" (OLIVEIRA, 2020, p. 13). Em contraste, "Strauss parece ser o

completo oposto de um radical, precisamente porque, sendo cético em relação ao utopismo presente em todo radicalismo político, ele não acreditava que pudesse haver uma solução política para o problema humano" (*Id.*). Além disso, "A principal lealdade de Strauss era à filosofia clássica, não à cidade clássica ou mesmo à arte clássica" (Tarcov e Pangle. Apud, OLIVEIRA, 2020, pp. 12-13). É por essa razão que "Strauss, ao contrário de Hannah Arendt, nunca expressou qualquer intenção de recuperar o ideal de *vita activa* e do 'espaço público' da antiga pólis grega" (*Ibid.*, p. 12). Neste artigo, considero que aquilo que Strauss busca recuperar da filosofia clássica é mais uma determinada forma de relação entre filosofia e sociedade do que os conteúdos substantivos (metafísicos) específicos de cada filósofo clássico.

⁵Sobre "solução moderna" e "solução clássica" ver o ensaio "O que é Filosofia Política" (STRAUSS, [1989] 2016). Ver também LAMPERT, 1996, p. 159-160.

⁶"A doutrina das ideias que Sócrates expõe a seus interlocutores é muito difícil de compreender; para começar, é absolutamente inacreditável, para não dizer que parece fantástica... Ninguém jamais conseguiu dar uma explicação satisfatória ou clara desta doutrina das idéias (...) A multidão dos não-filósofos é bondosa e, portanto, sujeita à persua-

são. Sem Trasímaco nunca haverá uma cidade justa. Somos obrigados a expulsar Homero e Sófocles, mas devemos convidar Trasímaco" (STRAUSS, 1964, p. 119).

⁷Em diversas situações, Leo Strauss usa o termo "filosofia" com sinônimo de ciência em sentido amplo e filósofo como sinônimo de homem de conhecimento, o que incluiria o cientista no termo "filósofo".

⁸Robert C. Miner questiona a leitura convencional segundo a qual Leo Strauss teria abandonado Nietzsche por reconhecer nele uma permanência inconsciente da moralidade bíblica que ele pretendia criticar. Segundo essa leitura, adotada por autores como Catherine Zuckert, Nietzsche teria permanecido preso ao ideal de probidade herdado do cristianismo, o que teria levado Strauss a rejeitá-lo. Miner, no entanto, argumenta que essa suposta crítica de Strauss não constitui um verdadeiro rompimento. Ao examinar os trechos citados por Strauss no prefácio de 1962 a *Spinoza's Critique of Religion*, Miner mostra que o que ali aparece como crítica é, na verdade, uma reafirmação do que o próprio Nietzsche reconhecia lucidamente: a probidade ateia moderna é uma consequência tardia e extrema do ideal ascético cristão. Assim, longe de indicar um afastamento, o gesto de Strauss revelaria sua profunda afinidade com Nietzsche —

talvez até um esforço para ser “mais nietzschiano que o próprio Nietzsche” ao levar às últimas consequências a crítica da modernidade e sua genealogia religiosa.

⁹Ver também o texto *O niilismo Europeu*, disponível na coletânea póstuma de *A vontade de poder* (NIETZSCHE, 2008). Para Pangle, "What Nietzsche means becomes somewhat plainer in the next aphorism. The atheism of modern philosophy has a spirit altogether different from, say, the cool skepticism of Epicureanism: not only is it animated by a faith in the value of unpleasant truth but, what is more, it has its source in an advanced version of the 'religious cruelty' which in its post-Christian manifestation finally demands the 'sacrifice' of 'whatever is comforting' in our illusions about ourselves (PANGLE, 1983, p. 64-5).

¹⁰Ver também Platão, *República*, 379a-b e 459d.

¹¹Para Strauss, Maquiavel não soube "dominar o seu coração" (Strauss, ([1958] 2015, p. 221-222).

¹²"A literatura exotérica pressupõe a existência de verdades basilares que não seriam pronunciadas em público por nenhum homem decente, dado que fariam mal a muitas pessoas que, uma vez feridas, naturalmente se sentiriam tentadas a ferir em resposta aquele que as pronuncia-

ra" (STRAUSS, [1952] 2015, p. 46)

¹³Ver MENDES, 2023.

¹⁴É curioso que Strauss não coloque "verdadeiras" entre aspas.

¹⁵Sobre a razão desassistida pela fé: "A razão desassistida é capaz de perceber que sociedade alguma pode perdurar sem as crenças e ações religiosas, mas não tem condições de determinar o tipo certo de ambas" (STRAUSS, ([1952] 2015, p. 139).

¹⁶Hannah Arendt e Leo Strauss se voltam para a filosofia política clássica, mas apresentam interpretações e atitudes diferentes sobre ela. Para uma comparação ver: ADVERSE, 2016.

¹⁷Na passagem 452b de *A República*, Sócrates, contra os costumes da época, defende que as mulheres de natureza filosófica tenham a mesma educação e cargos dos homens de natureza filosófica. Ver: PLATÃO, 2006, p. 179.

¹⁸"A derradeira questão sobre as condições da vida é colocada, e faz-se a primeira tentativa de responder a essa questão com o experimento. Até que ponto a verdade suporta ser incorporada? — eis a questão, eis o experimento" (NIETZSCHE, 2001, p. 139).

¹⁹"Assim, não sabendo crer em Deus, e não podendo crer numa soma de animais, fiquei, como outros da orla das gentes, naquela distância de tudo a que comumente se chama a Decadência. A Decadência é a perda total da inconsciência; porque a inconsciência é o fundamento da vida. O coração, se pudesse pensar, pararia" (PESSOA, 2011, p. 47).

²⁰Ver o importante artigo "Jerusalem e Atenas" em STRAUSS, 1983, pp. 147-173.

²¹Para Strauss, "não apenas porque a sociedade põe em perigo a filosofia, mas porque a filosofia põe em perigo a sociedade, os filósofos devem recorrer ao ensino esotérico. A escrita esotérica também é necessária para a educação, aquela ascensão que somente o leitor pode realizar por si mesmo" (Tarcov, 1983, p. 18).

²²Strauss cita uma carta de Maquiavel a Guicciardini, de 17 de maio de 1521, em que o autor de O Príncipe escreve: "De um tempo para cá, nunca digo o que acredito e nunca acredito no que digo; e se por vezes me ocorre dizer a verdade eu a oculto sob tantas mentiras que é difícil encontrá-la" (Apud Strauss, 1958, p. 49. Ver também em: MACHIAVELLI, 2018, p. 2975). Na nota desta citação Strauss nos remete, sem citar, ao fim de Discursos II 13 e III 40-42. Em D II 13, Maquiavel es-

creveu: "Vê-se, portanto, que os romanos, quando começaram a aumentar seus domínios, não deixaram de lançar mão nem mesmo da fraude, que sempre foi necessária àqueles que quisessem ascender a altas posições começando de baixo, fraude que é menos vituperada quando é mais encoberda como foi essa dos romanos" (MAQUIAVEL, Discursos, II, 13, p. 226). Os capítulos referidos do livro III tratam da necessidade de usar a fraude para salvar a pátria. As referências fornecidas por Strauss, indicam que Maquiavel precisava esconder o que dizia para ascender, pois ele também "vinha de baixo", e falava a um contexto em que predominavam intelectuais partidários de um republicanismo aristocrático ou de principados.

²³Em *Reflexões sobre Maquiavel*, Strauss usa 32 vezes a palavra "centro" para destacar o local de determinado argumento ou exemplo no texto, ressaltando a importância dessa localização. Por exemplo, nestas passagens: "O capítulo XIX é literalmente o centro da terceira parte, assim como o ápice da primeira parte correspondera literalmente ao seu centro (cap. VI). Esse quadro não é acidental" (STRAUSS, [1958] 2015, p. 79) ou quando comenta o conflito entre razão e autoridade nos Discursos "o centro do livro central (II 10-24) contém as referências mais notáveis e coerentes" (*Ibid.*, p. 198).

²⁴Strauss também menciona o número 26 no 33º

parágrafo do capítulo II, sobre "o duplo ensinamento de Maquiavel" (*Ibid.*, p. 63-64). No manuscrito encontrado por Meier, Strauss dá o título de "Números" para esse parágrafo.

²⁵Há uma pequena diferença na contagem de parágrafos na edição brasileira e americana do livro. Vou seguir a contagem da edição americana porque está de acordo com a contagem de parágrafos feita pelo próprio Strauss e disponível em MEIER, 2017.

²⁶Ver o excelente livro de Melzer (2014) sobre os quatro tipos de escrita esotérica (defensiva, protetiva, pedagógica e política).

²⁷Strauss não foi o primeiro a atribuir o caráter explícito da escrita de Maquiavel a razões morais. Rousseau, também ele desconfortável com a hipocrisia, escreveu: "Fingindo dar lições aos reis, deusas, e grandes, aos povos. *O Príncipe* de Maquiavel é um livro dos republicanos" (ROUSSEAU, 1999, p. 89)

²⁸Ver o artigo "German Nihilism" (STRAUSS, 1999).

²⁹"No caso de Hegel, somos compelidos a dizer que a essência da modernidade é o Cristianismo secularizado" (STRAUSS, [1989], 2016, p. 106)

³⁰"Vocês querem, se possível – e não há mais louco

'possível' – *abolir o sofrimento*; e quanto a nós? – parece mesmo que nós o queremos ainda mais, maior e pior do que jamais foi! Bem-estar, tal como vocês o entendem – isso não é um objetivo, isso nos parece um *fim*! Um estado que em breve torna o homem ridículo e desprezível – que faz *desejar* o seu ocaso! A disciplina do sofrer, do *grande* sofrer – não sabem vocês que até agora foi essa disciplina que criou toda excelência humana" (NIETZSCHE, *Além do Bem e do Mal*, §225, 2005, p. 117-118). Ver também Nietzsche, *O Anticristo*, §7. Sobre o "último homem", escreveu Nietzsche em *Assim falou Zaratustra*: "Vede! Eu vos mostro o último homem. 'Que é amor? Que é criação? Que é anseio? Que é estrela?' assim pergunta o último homem, e pisca o olho. A terra se tornou pequena, então, e nela saltita o último homem, que tudo apequena. Sua espécie é inextinguível como o pulgão; o último homem é o que tem vida mais longa. 'Nós inventamos a felicidade' dizem os últimos homens, e piscam o olho. Eles deixaram as regiões onde era duro viver: pois necessita-se de calor. Cada qual ainda ama o vizinho e nele se esfrega: pois necessita-se de calor (...) Ainda se trabalha, pois trabalho é distração. Mas cuida-se para que a distração não canse. Ninguém mais se torna rico ou pobre: ambas as coisas são árduas. Quem deseja ainda governar? Quem deseja ainda obedecer? Ambas as coisas são árduas. Nenhum pastor e um só rebanho! Cada um quer o mesmo, cada um

é igual: quem sente de outro modo vai voluntariamente para o hospício. 'Outrora o mundo inteiro era doido' dizem os mais refinados, e piscam o olho. São inteligentes e sabem tudo o que ocorreu: então sua zombaria não tem fim. Ainda brigam, mas logo se reconciliam de outro modo, estraga-se o estômago. Têm seu pequeno prazer do dia e seu pequeno prazer da noite: mas respeitam a saúde. 'Nós inventamos a felicidade' dizem os últimos homens, e piscam o olho" (NIETZSCHE, 2011, p. 18-19)

³¹"Conheço as suas obras, sei que você não é frio nem quente. Melhor seria que você fosse frio ou quente! Assim, porque você é morno, não é frio nem quente, estou a ponto de vomitá-lo da minha boca" (Bíblia. Apocalipse 3:15-16)

³²Em contraste com essa tendência messiânica que ele vê em diversos pensadores modernos, Strauss escreveu, em carta para Scholem de 7 de julho de 1973: "Eu nunca fui um defensor do messianismo e nunca serei" (Strauss Apud ALTINI, 2022, p. 192). Segundo Altini, Strauss foi um árduo opositor de qualquer movimento messiânico que pretendesse realizar na terra o "reino final" de bondade e justiça (Id).

³³"A razão, a juventude e a modernidade erguem-se contra a autoridade, a velhice e a antiguidade.

Ao estudar os *Discursos* nos tornamos testemunhas, e não podemos evitar nos tornarmos testemunhas comovidas do nascimento do maior de todos os movimentos juvenis: a filosofia moderna" (STRAUSS, [1958], 2015, p. 162)

³⁴Para Strauss, Maquiavel já era um igualitário moderno e consciente de sua diferença com os clássicos a este respeito. Um dos vários exemplos textuais que Strauss cita é a passagem em que Maquiavel escreve contra "todos os autores" (Maquiavel, 2007a, p. 167) que "o povo é mais prudente, mais estável e de mais juízo que um príncipe. E não é sem razão que se compara a voz do povo à voz de Deus" (*Ibid.*, p. 170)

³⁵Nesse sentido, Strauss cita trecho do capítulo 58 do livro I dos *Discorsi*, "Eu não julgo nem jamais julgarei como um defeito defender qualquer opinião por meio da razão, contanto que não se queira usar nessa defesa nem a autoridade, nem a força" (Maquiavel apud STRAUSS, [1958] 2015, p. 162).

³⁶"Uma e outra vez somos desconcertados pelo fato de que o homem que é mais responsável do que qualquer outro pelo rompimento com Grande Tradição prova, no próprio ato do rompimento, ser o herdeiro, e de modo algum um herdeiro indigno, daquela suprema arte de escrever que essa tradi-

ção manifestou nos seus momentos mais altos. A arte mais alta tem suas raízes, como ele bem sabia, na necessidade mais alta" (STRAUSS, [1958], 2015, p. 155)

³⁷A audiência acadêmica não se confunde, para Strauss, com uma audiência verdadeiramente filosófica, pois o "filósofo" de Strauss é um tipo muito raro. Seria alguém além do bem e do mal, que estaria muito distante das "atmosferas protetoras" morais dos povos, às quais ele só adere por prudência ou responsabilidade benevolente.

³⁸Para Drury, "Se Platão era um escritor exotérico, ele pode ter usado Trasímaco como seu porta-voz. Se Strauss é um escritor exotérico, como eu acredito que ele é, então ele provavelmente usou Maquiavel como seu porta-voz" (1985, p. 318)

³⁹Sobre este ponto, ver a diferença entre Simondes e Maquiavel segundo Strauss em ADVERSE, 2016, p. 53.

⁴⁰"Para citar Maquiavel: 'conforme escreveram alguns filósofos morais, as mãos e a língua dos homens, dois nobilíssimos instrumentos, capazes de enobrecê-los, não teriam operado com perfeição nem teriam conduzido as obras humanas às alturas que foram levadas, se não tivessem sido impedidas pela necessidade' [*Discursos sobre a Primeira*

Década de Tito Lívio III, 12]: o salto do reino da necessidade para o reino da liberdade será a ingloria morte da própria possibilidade de excelência humana" (STRAUSS, 1989, p. 21). Esse texto aparece de forma quase idêntica em STRAUSS, [1958] 2015, p. 361. Para Strauss, enquanto Maquiavel ainda mantinha certo vínculo com a virtude, Hobbes a abandona de forma mais completa e funda o hedonismo político: "[Hobbes] confere à concepção apolítica [do epicurismo] um sentido político; tenta instilar o estado do idealismo político na tradição hedonista, tornando-se assim o criador do hedonismo político, doutrina essa que revolucionou a vida humana por toda parte e em proporções nunca antes alcançadas por nenhum outro ensinamento" (STRAUSS, [1953] 2014, p. 204). Sobre a interpretação straussiana do hedonismo político de Hobbes ver: OLIVEIRA, 2020, pp. 19-26.